

Economia Social e Inovação Social na Região Centro



março/2020

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

A Economia Social é um setor com um peso considerável em Portugal. Pretende-se aqui observar a sua dinâmica na Região Centro¹, colocando depois o enfoque no grupo das entidades que integram a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, para terminar dando conta do potencial de inovação e capacitação que a Estrutura de Missão Portugal Inovação Social tem alavancado neste domínio.

Economia Social em Portugal

A Economia Social encontra-se na confluência entre o setor privado (que visa o lucro) e o setor público (que prossegue o interesse geral), mobilizando para o efeito organizações e empresas que combinam modos de criação e de gestão privada com finalidades associadas à utilidade social e não centradas no lucro. Em termos jurídicos ou institucionais, a maioria destas iniciativas serão empresas de tipo cooperativo, sociedades mutualistas, organizações associativas e fundações. Como traços comuns, destacam-se as finalidades da atividade e os modos de organização, orientados sumariamente por quatro princípios: finalidade de prestação de serviços aos membros ou à coletividade, sendo o lucro secundário; autonomia de gestão; controle democrático pelos membros; primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes (Jacques Defourney, 2009).

Em Portugal, a Lei de Bases da Economia Social, publicada em 2013, vem aclarar este conceito à luz da realidade portuguesa e procura regulamentar a relação entre o Estado e as entidades da Economia Social, tendo como objetivo principal reforçar a lógica da intervenção partilhada, descentralizada e próxima dos cidadãos, assente na partilha de responsabilidades.

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Lei de Bases da Economia Social

De acordo com a Lei de Bases da Economia Social, Lei nº 30/2013, de 8 de maio, entende-se por economia social o “conjunto das atividades económico-sociais (...) que têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes”.

Estas atividades são desenvolvidas pelas seguintes entidades: a) cooperativas; b) associações mutualistas; c) misericórdias; d) fundações; e) instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores; f) associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; g) entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social; h) outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social.

Partilham, ainda, um conjunto de princípios orientadores inscritos na respetiva lei (Artigo 5º), sendo eles: a) o primado das pessoas e dos objetivos sociais; b) a adesão e participação livre e voluntária; c) o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros; d) a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral; e) o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; f) a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social; g) a afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.

A Conta Satélite de Economia Social (CSES), desenvolvida em parceria pelo INE e pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social², permite observar a crescente importância de um setor já de si relevante na economia e sociedade portuguesas.

Em 2016, o número de entidades de Economia Social volta a subir, totalizando 71.885 entidades, mais 17,3% que em 2013 (Figura 1). Estas representavam 3,0% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da economia nacional, superior ao registado nas edições de 2010 e 2013, isto é, o contributo da economia social para a criação de riqueza está a aumentar (Figura 2). Também as remunerações (cerca de 4.321 milhões de euros [M€], a que corresponde 5,3% do total) e o emprego remunerado (234.886 unidades de trabalho equivalentes a tempo completo [ETC] correspondendo a 6,1% do total nacional) estão a crescer. Face a 2013, aumentaram 8,8% e 8,5%, respetivamente, registando assim maior dinamismo que o total da economia, com 7,3% e 5,8%, respetivamente (INE, 2019).

²Conta já com três edições: 2010, 2013 e 2016

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Figura 1. Nº de Entidades de Economia Social

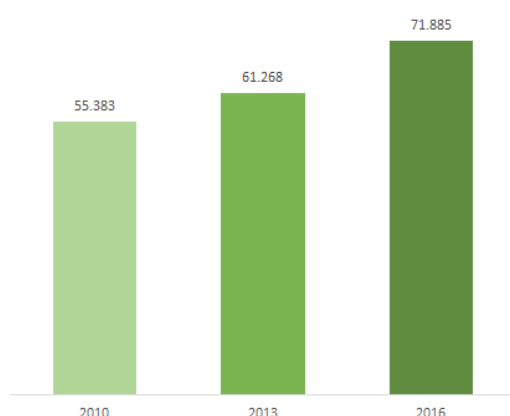
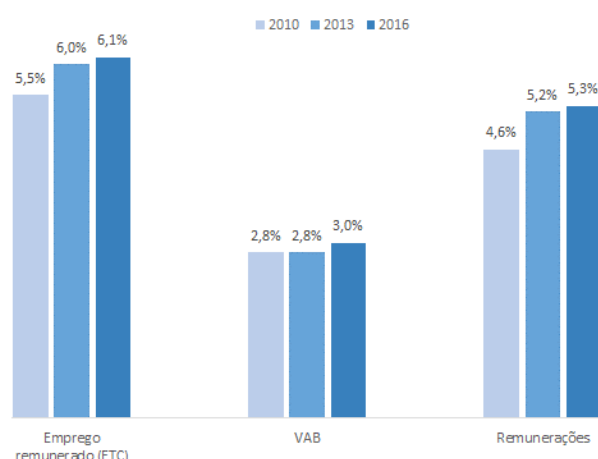


Figura 2. Peso da Economia Social na Economia Nacional, 2010, 2013, 2016



Fonte: Contas Satélite da Economia Social 2010, 2013, 2016, INE

É ainda interessante notar a evolução positiva do setor da Economia Social entre 2010 e 2013, em contraciclo com a economia nacional, que então se debatia com a crise económica e financeira. Da análise por grupos de entidades da Economia Social (Quadro 1), as Associações com fins altruísticos (IPSS e coletividades de cultura, recreio e desporto) relevam em número de entidades (92,9%), VAB (60,1%) e emprego remunerado (64,6%). Em segundo lugar, surge o grupo das Cooperativas, que apesar de representarem apenas 3,3% das entidades, geram 12,5% do VAB e 10,4% do emprego remunerado.

Quadro 1: Distribuição dos principais indicadores por grupo de entidades da Economia Social, 2016

	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Associações com Fins Altruísticos	Subsetores Comunitário e Autogestionário	TOTAL
Nº Entidades	2.343	97	387	619	66.761	1.678	71.885
%	3,30%	0,10%	0,50%	0,90%	92,90%	2,30%	100,00%
VAB (M€)	604	388	597	332	2.897	1	4.819
%	12,50%	8,10%	12,40%	6,90%	60,10%	0,00%	100,00%
Emprego remunerado (ETC)	24.402	4.842	39.445	14.113	151.779	305	234.886
%	10,40%	2,10%	16,80%	6,00%	64,60%	0,10%	100,00%

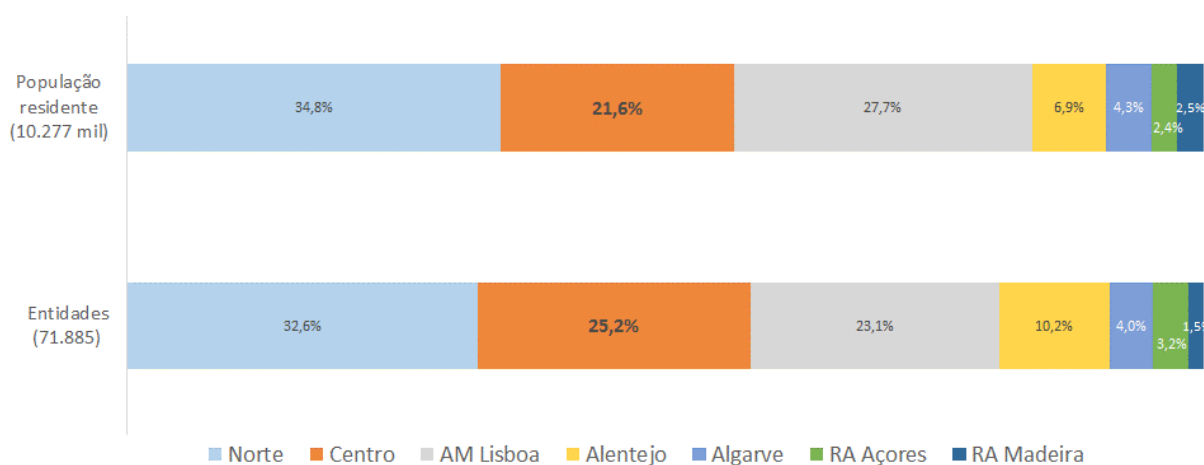
Fonte: Conta Satélite da Economia Social 2016, INE

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Na ótica da classificação internacional de organizações sem fins lucrativos e do terceiro setor, quase metade destas entidades (46,9%) pertencem à área da Cultura, comunicação e atividades de recreio, seguindo-se as entidades da Religião (11,9%), Serviços sociais (9,7%), Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional (8,2%). As áreas da Educação (3,6%) e Saúde (3,3%) registam um peso menos significativo. Todavia, quando se analisam o VAB e o emprego remunerado, são as áreas da Saúde e dos Serviços Sociais que mais se destacam: em termos de VAB, as entidades da área da Saúde (com 24,6% a que correspondem 1.186 M€) e dos Serviços sociais (24,3%, ou seja, 1.170 M€) representam cerca de metade do VAB total atribuído à Economia Social; em termos de emprego remunerado, o peso aumenta para 32,1% na área da Saúde (ou seja, 75.460) e 29,8% na área dos Serviços sociais (cerca de 70.000) (INE, 2019).

A análise à distribuição territorial das entidades de Economia Social evidencia o Norte como a região com o maior número de entidades (23.450, ou seja, 32,6% do total), seguida do Centro com 18.146 unidades (isto é, 25,2%). No entanto, face à população residente, a Região Centro, a Região do Alentejo e a Região Autónoma dos Açores apresentam uma maior dinâmica no desenvolvimento deste tipo de entidades.

Figura 3. Distribuição das entidades de Economia Social e da população residente por NUTS II, 2016

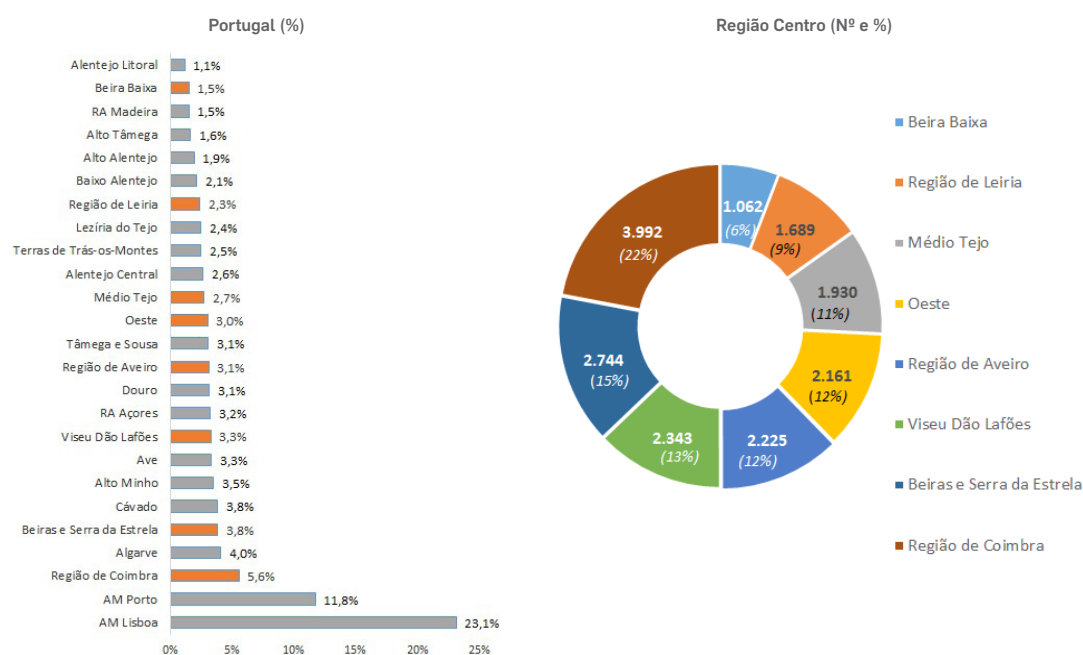


Fonte: Conta Satélite da Economia Social 2016, INE

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Da observação a esta distribuição por NUTS III, a Região de Coimbra tem 5,6% das entidades de Economia Social do país (3.992), enquanto a Beira Baixa tem apenas 1,5% (1.062). Dentro do universo de entidades de Economia Social da Região Centro, a Região de Coimbra tem quase um quarto do total (22%), seguida das Beiras e Serra da Estrela (15%) e de Viseu Dão Lafões (13%).

Figuras 4 e 5. Distribuição das entidades de Economia Social por NUTS III, 2016



Fonte: Conta Satélite da Economia Social 2016, INE

Instituições Particulares de Solidariedade Social

Há um grupo de entidades que interessa aqui analisar em detalhe pela importância que têm na provisão de serviços sociais de interesse público, na região e no país - as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Foram identificadas pela CSES 5.622 entidades com o estatuto de IPSS ou equiparado, isto é, cerca de 7,8% do total das entidades, cuja distribuição por grupos de entidades é a seguinte: 4.725 são Associações

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

com fins altruísticos (84%); 259 são Fundações; 386 são Misericórdias (ou seja, quase todas as misericórdias do país têm este estatuto); 93 são associações mutualistas (o que cobre quase todo o universo das mutualistas também); 156 são cooperativas; 3 pertencem aos Subsetores Comunitário e Autogestionário.

Em termos de áreas de atividade, as IPSS desenvolveram a sua atividade sobretudo nos Serviços sociais (56,3%), seguindo-se a Saúde (26,3%) e a Educação (6,5%). Este é, de facto, um grupo institucional de enorme e crescente importância dentro da Economia Social, uma vez que já tem um papel determinante na prestação de diversos serviços de interesse público e que, apesar de em 2016 representar apenas 7,8% do total das entidades, é responsável por 44,2% do VAB e 63,1% do emprego remunerado (ETC) da Economia Social.

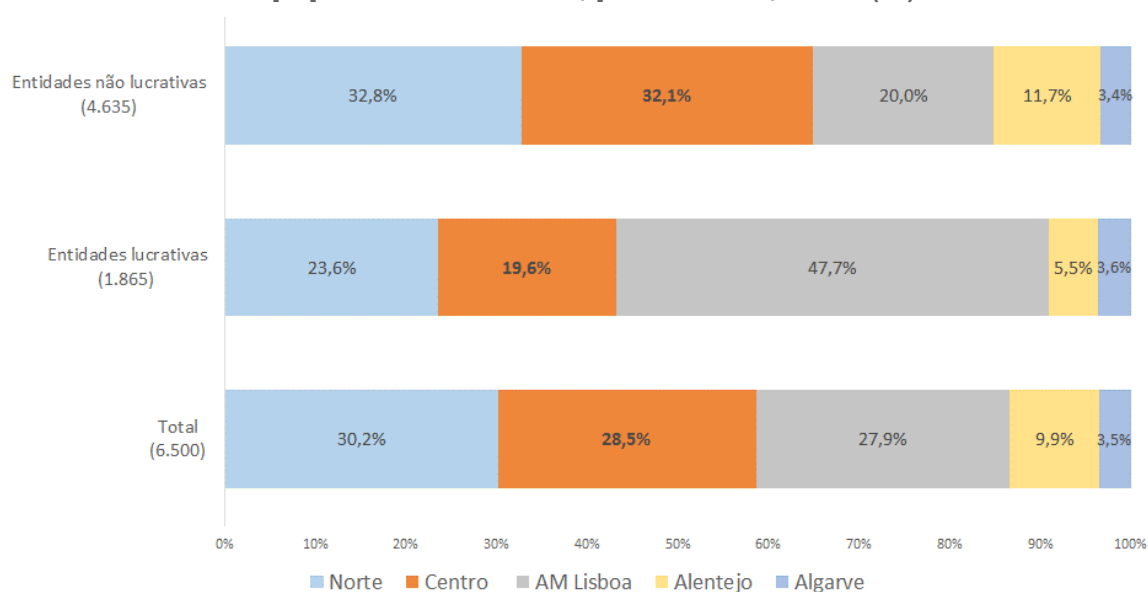
Tomando agora por referência a Carta Social³, desenvolvida pelos serviços do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), poder-se-á usar como aproximação ao universo das IPSS as entidades não lucrativas (maioritariamente IPSS, mas incluem também outras entidades sem fins lucrativos como as equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos, as entidades oficiais que prosseguem fins de ação social, os serviços sociais de empresas e a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa) que desenvolvem respostas para a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais. Segundo o Relatório da Carta Social de 2018, estas totalizavam cerca de 4.635 entidades, num total de 6.500, sendo as remanescentes entidades lucrativas.

De acordo com o gráfico abaixo, a Região Centro destaca-se por concentrar 32,1% das entidades não lucrativas (cerca de 1.500), registo muito próximo do Norte (32,8%). Cerca de metade das entidades lucrativas localiza-se na Área Metropolitana de Lisboa (47,7%), seguida da Região Norte (23,6%) e do Centro (19,6%, a que corresponderão aproximadamente 370 entidades).

³ Incide apenas em Portugal Continental

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

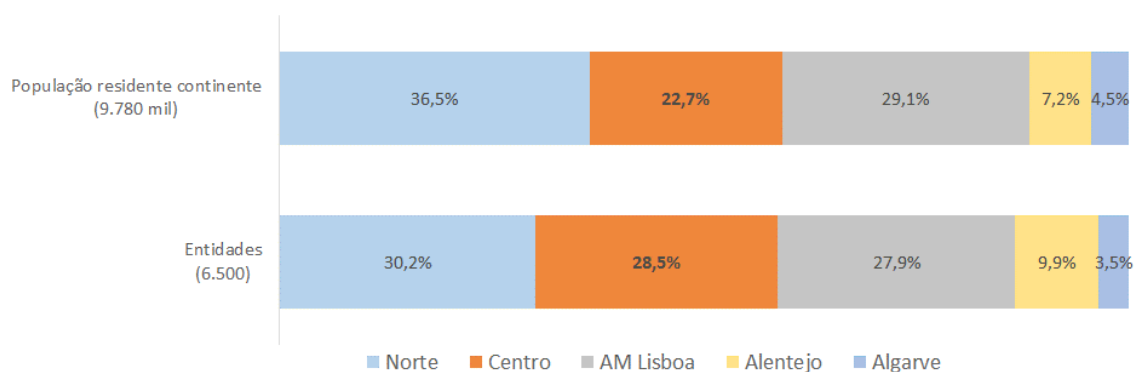
Figura 6. Distribuição territorial das entidades da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, por NUTS II, 2018 (%)



Fonte: Relatório da Carta Social 2018, GEP-MTSSS

Se compararmos com a população residente, surgem as regiões do Alentejo e do Centro com maior dinâmica institucional.

Figura 7. Distribuição percentual da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais e da população residente, por NUTS II, 2018 (%)

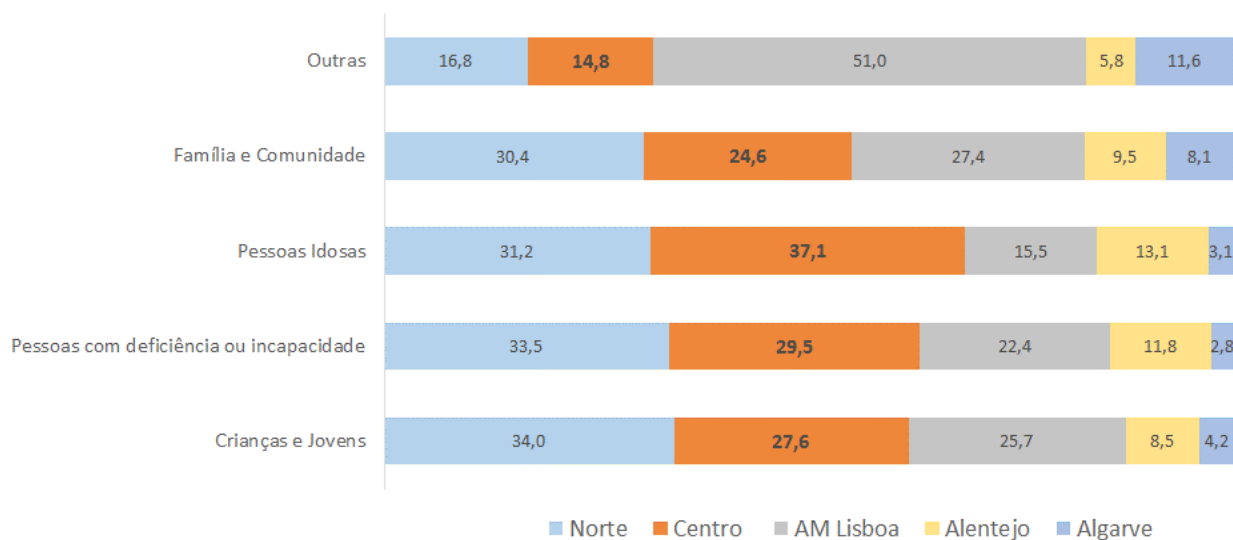


Fonte: Relatório da Carta Social 2018, GEP-MTSSS

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Em 2018, existem cerca de 19 mil respostas sociais desenvolvidas por estas entidades em Portugal continental, entendendo-se por resposta social um “conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidos em equipamentos sociais, ou a partir destes, vocacionadas ao apoio a pessoas e famílias” (GEP-MTSSS, 2019:18), podendo estas ser agrupadas em cinco grandes grupos sociais: 1. Crianças e Jovens⁴, cujas respostas sociais representavam 49,3% do universo de respostas; 2. Crianças, jovens e adultos com Deficiência ou Incapacidade⁵, com 5,3%; 3. Pessoas Idosas⁶, com 41,3%; 4. Família e Comunidade⁷, com 3,4%; Outras respostas⁸, com 0,8%.

Figura 8. Distribuição percentual das respostas sociais por NUTS II e grupos, 2018 (%)



Fonte: Relatório da Carta Social 2018, GEP-MTSSS

⁴ São elas: Creche e a Ama, que visam apoiar a primeira infância (<3 anos); Educação Pré-Escolar; Centro de Atividades de Tempos Livres; Centro de Acolhimento Temporário; Lar de Infância e Juventude; Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental; outras com menor expressão

⁵ Destacando-se as seguintes: Centro de Atividades Ocupacionais; Lar Residencial; Residência Autônoma; Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência; Apoio em Regime Ambulatório; Intervenção Precoce; Lar de Apoio; Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade

⁶ As mais representativas são: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário para idosos. Há ainda outras como Centro de Convívio; Centro de Noite; e Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas.

⁷ Estas visam apoiar pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade, exclusão ou de marginalização social, sendo as principais respostas as seguintes: Centro de Alojamento Temporário; Comunidade de Inserção; Casa Abrigo; Refeitório/Cantina Social; Atendimento/Acompanhamento Social. Incluem-se ainda aqui o acolhimento familiar de crianças e jovens e de idosos e adultos com deficiência.

⁸ Estas abrangem as respostas sociais dirigidas a pessoas toxicodependentes, como as equipas de intervenção direta e os apartamentos de reinserção social; as respostas de apoio a pessoas infetadas pelo VIH/SIDA e às suas famílias - Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, Serviço de Apoio Domiciliário, Residência para Pessoas Infetadas com o VIH/SIDA; as respostas dirigidas a Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico - Fórum Socio-ocupacional, Unidade de Vida Autônoma, Unidade de Vida Apoiada e Unidade de Vida Protegida.

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Assim, se, por um lado, a Região Norte se evidencia pelo peso relativo das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens (34,0%) e às pessoas com deficiência ou incapacidade (33,5%), a Região Centro concentra 37,1% das respostas sociais dirigidas aos idosos no território continental (Figura 8).

Pese embora o interesse de registar a dinâmica do setor social nas regiões, importa ter presente as disparidades existentes ao nível sub-regional e a estrutura populacional no território. Assim, para os grupos sociais que concentram o maior número de respostas – crianças e jovens, por um lado, e população idosa, por outro, procurar-se-á aprofundar a cobertura (nº total de lugares existentes / população de referência para essa resposta social) ou a utilização (nº total de utentes / nº total de lugares existentes para essa resposta social), de forma a ter um quadro mais nítido das necessidades da região e da sua efetiva resposta.

Para a primeira infância (0-3 anos), a distribuição territorial das respetivas respostas sociais segue o padrão populacional, concentrando-se nos territórios com maior proporção de crianças, isto é, na faixa litoral norte e centro. Em termos de cobertura, é interessante notar a elevada cobertura dos concelhos que compõem as sub-regiões do interior do Centro, nomeadamente Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela. Importa ainda olhar para a utilização destas respostas, que depois de vários anos a diminuir, fruto dos impactos da crise nas famílias e da diminuição desta população, está a recuperar desde 2016, registando uma taxa de utilização média de 85,5% em 2018. Porém, apesar da disponibilidade de lugares, os concelhos do interior da região Centro não registam as taxas de utilização mais elevadas, o que também pode ser explicado pelas fortes redes de suporte familiar que ainda subsistem nestes territórios.

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Figura 9. Distribuição do nº de respostas sociais para a 1.ª infância, por concelho, 2018 (%)

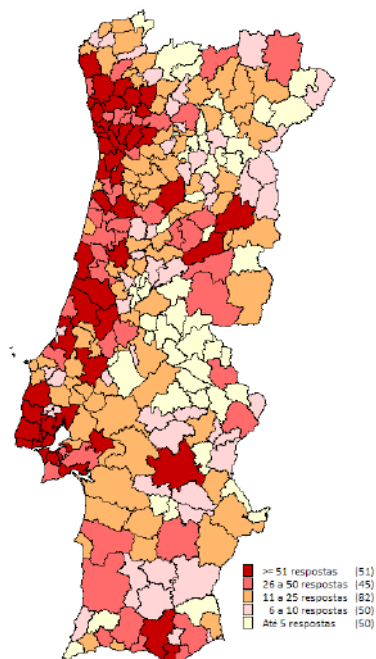


Figura 10. Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, por concelho, 2018 (%)

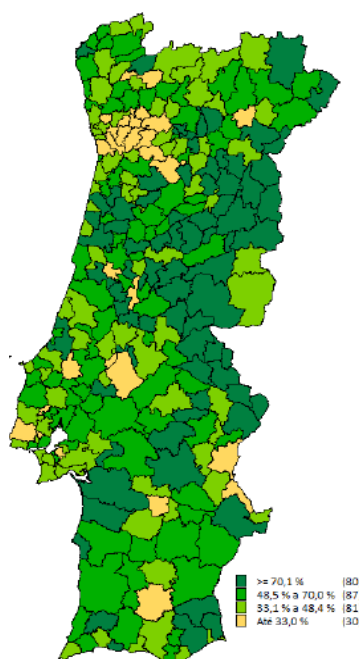
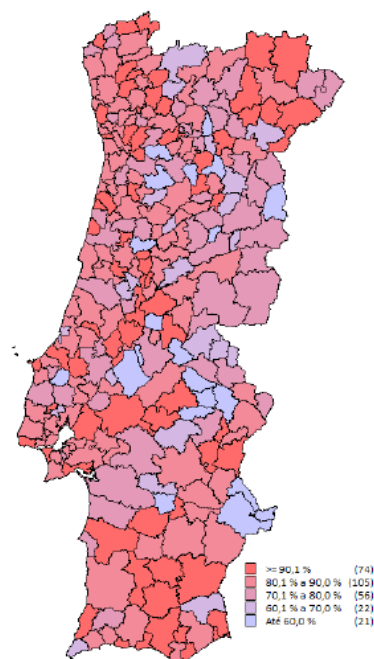


Figura 11. Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, por concelho, 2018 (%)



Fonte: Relatório da Carta Social 2018, GEP-MTSSS

Já para a população idosa, é inegável o aumento do peso da população com 65 ou mais anos na população total, registando 22,2% em 2018. Neste domínio, inverte-se a fotografia e são os territórios do interior os mais envelhecidos, em contraste com os do litoral e áreas metropolitanas, salvaguardadas as devidas proporções populacionais. Todavia, a distribuição das respostas sociais para este grupo etário parecer ter origem, sobretudo, nas dinâmicas dos territórios e menos nas necessidades diagnosticadas. Em termos de cobertura, a Região Centro vê a taxa de cobertura aumentar do litoral para o interior, com muitos dos concelhos do interior a registar taxas de cobertura acima dos 30%. Em termos de utilização, regista-se o inverso, a taxa de utilização aumenta do interior para o litoral. Importa ainda referir que as taxas de utilização variam entre as várias respostas disponíveis, com as estruturas residenciais a registar taxas de ocupação bastante mais elevadas que as respostas de apoio domiciliário e de centro de dia.

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Figura 12. Distribuição do nº de respostas sociais para as pessoas idosas, por concelho, 2018 (%)

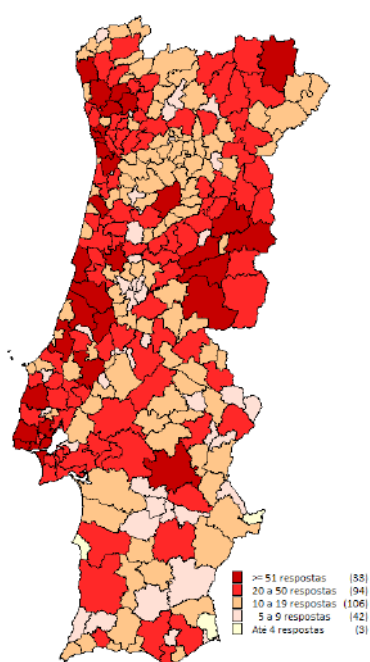


Figura 13. Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as pessoas idosas, por concelho, 2018 (%)

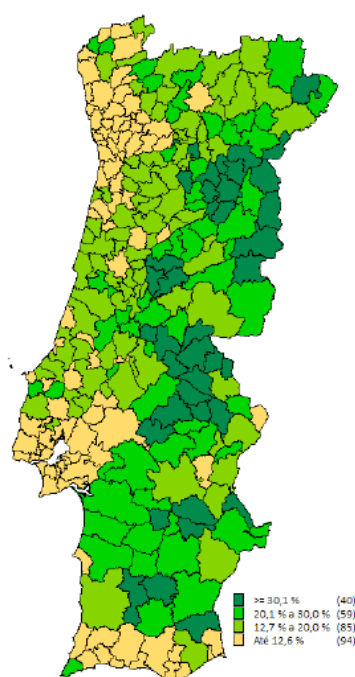
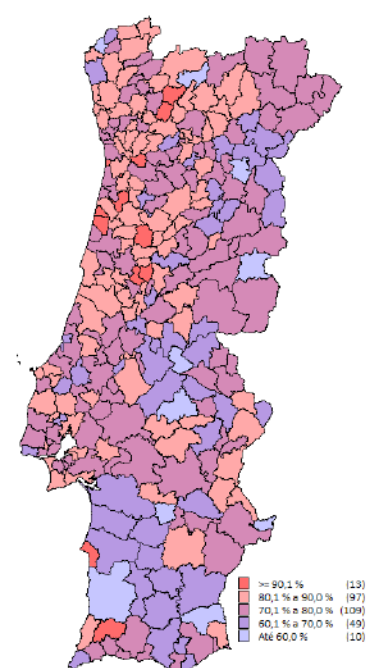


Figura 14. Taxa de utilização das principais respostas sociais para as pessoas idosas, por concelho, 2018 (%)



Fonte: Relatório da Carta Social 2018, GEP-MTSSS

É ainda referido no relatório supracitado que o funcionamento destas respostas sociais é suportado pelos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), a comparticipação dos utentes e/ou dos familiares e as receitas próprias das entidades (2019:63).

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Inovação Social

A Portugal Inovação Social é uma iniciativa pública criada em dezembro de 2014⁹, com vários objetivos traçados, cuja gestão técnica e coordenação da execução cabe à Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS). No texto anterior ficou patente a relevância, a diversidade e heterogeneidade do setor da Economia Social no país, mas esta iniciativa surgiu da necessidade de gerar novas soluções para os novos e velhos problemas sociais (Figura 15), numa lógica complementar às respostas tradicionais já prestadas pela Economia Social e pelo Estado (Figura 16).

Figura 15. Problemas Sociais identificados

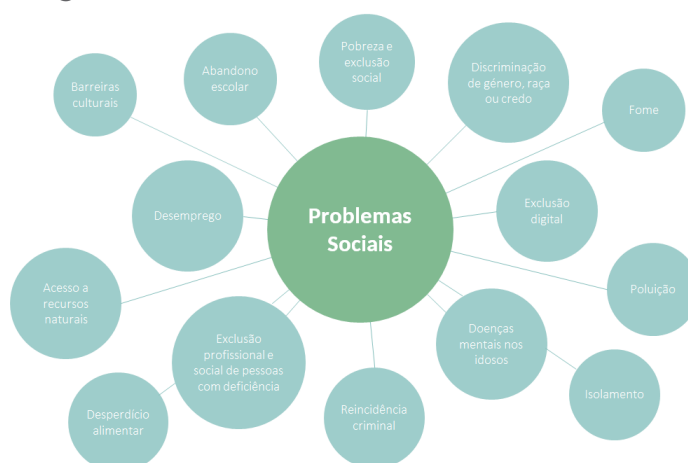


Figura 16. Respostas sociais convencionais e novas respostas



Fonte: EMPIS

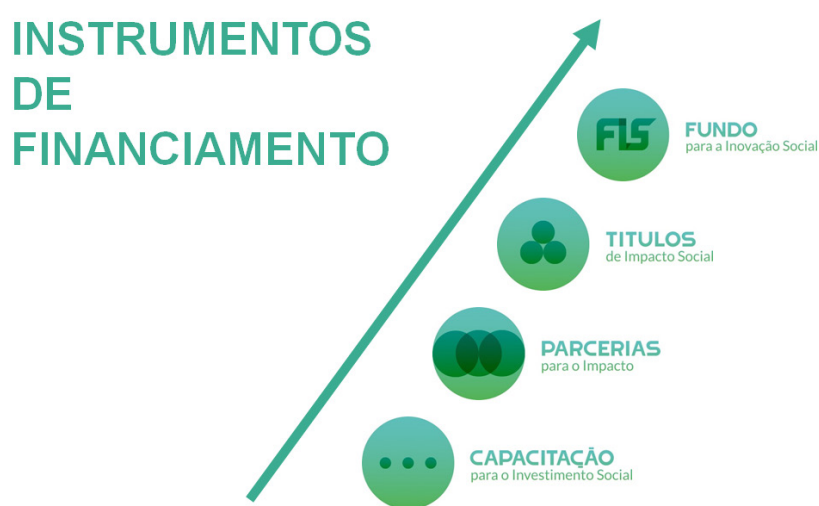
⁹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-A/2014, de 16 de dezembro, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 74/2016, de 25 de novembro, n.º 157/2017, de 19 de Outubro, e n.º 177/2018, de 18 dezembro.

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Assim, com os objetivos de desenvolver o mercado de investimento social e promover a inovação e o empreendedorismo social em Portugal, propôs-se esta iniciativa à Comissão Europeia, com o financiamento comunitário a ser mobilizado no âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020, nomeadamente 135 milhões de euros (M€) do Fundo Social Europeu e 28 M€ de Contrapartida Pública Nacional, num total de 163 M€.

Foram concebidos, para o efeito, quatro instrumentos de financiamento inovadores desenhados para mobilizar investimento público e privado no apoio a projetos de inovação social em diferentes fases do seu ciclo de vida, adequando estes instrumentos às necessidades específicas do setor da economia social e dos projetos de inovação e empreendedorismo social, e visando ainda capacitar os atores deste sistema, de forma a melhorar os níveis de resposta das entidades da economia social e a sua sustentabilidade económica e financeira.

Figura 17. Instrumentos de Financiamento



Fonte: EMPIS

Em termos globais, entre 2016 e setembro de 2019, foram abertos 14 concursos, que colocaram à disposição do ecossistema 65,5 M€, tendo sido aprovadas 370 candidaturas, correspondendo a 314 projetos¹⁰, representando um financiamento de 37 M€, aos quais acrescem 11 M€ de investimento social mobilizado. Consequentemente, foram

¹⁰ Os projetos multirregiões são apenas contabilizados uma vez, bem como os projetos concorrentes aos instrumentos Capacitação para o investimento social e Parcerias para o impacto.

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

já promovidas 478 parcerias entre investidores e empreendedores. No conjunto de concursos já fechados, a procura superou largamente a dotação disponibilizada, o que revela o interesse das propostas apresentadas a concurso.

Na realidade, mais do que os aspetos quantitativos, que aqui devem ser lidos de forma contextualizada uma vez que se trata de uma experiência pioneira, o que se pretende efetivamente avaliar é a sua capacidade para catalisar um ecossistema em formação, instigando um ambiente favorável ao empreendedorismo social, um clima de confiança por parte de investidores públicos e privados, a mobilização de intermediários e da Administração Pública.

Em 2017 e 2018, os representantes regionais da EMPIS realizaram mais de 1.100 reuniões com organizações sociais, investidores e entidades públicas, incluindo intervenções em conferências. Esta mobilização institucional em torno da agenda da inovação social potencia inúmeras redes de parceria intersectoriais e consolida relações de confiança interpessoais e interinstitucionais, que facilitarão a mudança desejada no longo-prazo nas diferentes partes interessadas, nomeadamente no setor da Economia Social.

Cabe agora aqui uma breve caracterização de cada um dos instrumentos.

Instrumento 1. Capacitação para o investimento social

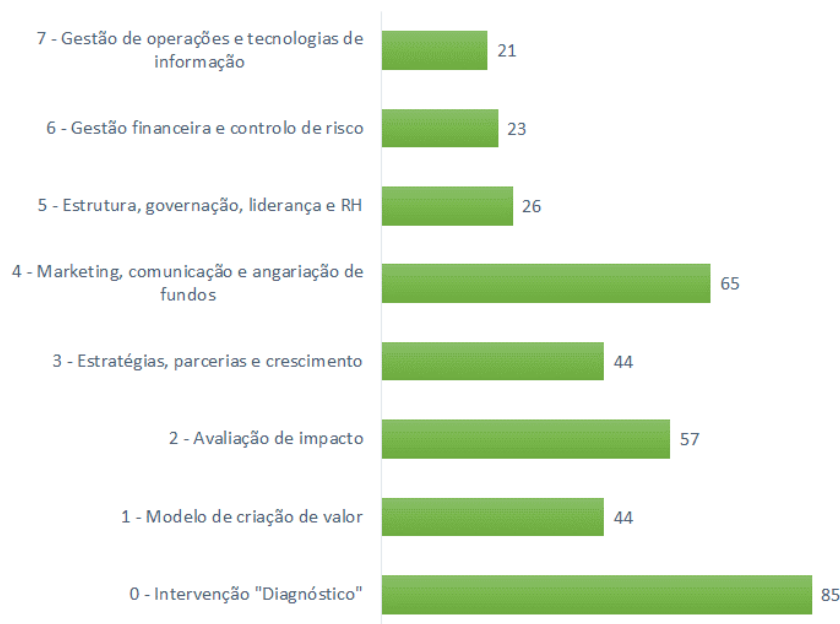
Com este instrumento de financiamento pretende-se melhorar as competências organizativas e de gestão necessárias ao desenvolvimento de projetos de inovação e empreendedorismo social. Para tal, conta com um modelo inovador assente no apoio ao desenvolvimento das competências organizativas e de gestão das equipas envolvidas na implementação de projetos de inovação social; no financiamento direto à organização implementadora do projeto de inovação social; no incentivo à consultoria formativa, na própria organização, com cocriação de conhecimento; e no pagamento por output previamente contratualizado e não por reembolso de despesas.

Dos 201 projetos aprovados, resultando num financiamento de 7,4 M€, 85 projetos localizam-se na região Centro, mobilizando cerca 3,2 M€ de investimento aprovado

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

(aproximadamente 43% do total). Com este instrumento pretende-se financiar um Plano de Capacitação, que pode incluir até cinco intervenções de capacitação em diversas áreas da gestão, apresentadas a partir do Diagnóstico de Necessidades de Capacitação, que é de natureza obrigatória e elaborado por entidade externa. Assim, e de acordo com o gráfico abaixo, são propostas, em média, cerca de quatro intervenções de capacitação por projeto. Além do Diagnóstico, que é obrigatório para todos, destacam-se aqui o domínio 'Marketing, comunicação e angariação de fundos', solicitado por 65 dos 85 projetos; seguido da 'avaliação de impacto,' em 57 projetos; e do reforço de competências em 'Modelos de criação de valor' e 'Estratégias, Parcerias e crescimento', ambos presentes em 44 projetos.

Figura 18. Domínios de capacitação solicitados nos projetos de capacitação para o investimento social na Região Centro



Fonte: EMPIS (outubro 2019)

Dos 85 projetos a decorrer na região Centro, destacam-se, em termos de áreas de intervenção das respetivas organizações que se pretendem capacitar, a saúde, a inclusão social e a proteção social, cuja área de ação visa intervir em problemas sociais como a exclusão social e a doença, e, com menor frequência, o desemprego e o insucesso escolar.

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Quadro 2. Projetos de capacitação para o investimento social na Região Centro por áreas de intervenção, problemas sociais e destinatários

Áreas de intervenção	Problemas Sociais	Destinatários
Saúde (27)	Doença (24) e exclusão social (3)	Comunidade; crianças e jovens; idosos; pessoas com deficiência
Inclusão Social (21)	Exclusão social (16) e a doença (5)	Comunidade; Idosos; crianças e jovens; estudantes; pessoas com deficiência; pessoas sem abrigo; refugiados e imigrantes; reclusos e ex-reclusos; agregados familiares
Proteção Social (18)	Exclusão social (17) e desemprego (1)	Crianças e jovens; estudantes pré-universitários
Educação (12)	Exclusão social (6) e insucesso escolar (6)	Jovens adultos; pessoas com deficiência; pessoas com problemas aditivos; crianças e jovens
Emprego (6)	Défice de competências para a cidadania	Crianças e jovens
Cidadania e Comunidade (1)		

Fonte: EMPIS (outubro 2019)

Em termos de entidades implementadoras, destacam-se as associações (63); organizações religiosas (6), misericórdias (4), e centros sociais paroquiais (4); fundações (6); e cooperativas (2).

Instrumento 2. Parcerias para o impacto

Com este instrumento pretende-se financiar o desenvolvimento de projetos de inovação social, em parceria com investidores sociais públicos ou privados, em que estes asseguram, no mínimo, 30% das necessidades líquidas de financiamento, com o objetivo de alcançar maior escala e impacto.

Dos 157 projetos aprovados, num investimento total de 26,3 M€, quase metade (58) localizam-se na Região Centro, mobilizando um investimento de 12,2 M€ (8,5 M€ de investimento do Portugal 2020 e 3,7M€ de investimento dos promotores públicos e privados).

Dos projetos a decorrer na região Centro, destacam-se como áreas de intervenção a inclusão social (15), a educação (13), a proteção social e a saúde (ambas com 9), incidindo as candidaturas em problemas sociais como a exclusão social de determinados grupos sociais, o insucesso e abandono escolar precoce, o défice de competências para a cidadania, o isolamento da população idosa, o desemprego, a doença, entre outros.

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Quadro 3. Parcerias para o impacto na Região Centro por áreas de intervenção, problemas sociais e destinatários

Áreas de intervenção	Problemas Sociais	Destinatários
Inclusão Social (15)	Desigualdades no acesso ao turismo (2); exclusão social de migrantes, idosos, pessoas com deficiência, etc. (6); insucesso e Abandono Escolar Precoce; segregação territorial e exclusão social da comunidade cigana; pobreza Habitacional; isolamento da população idosa (2); défice de competências para a cidadania	Comunidade; crianças e jovens; crianças e jovens em risco; idosos; pessoas com deficiência; refugiados e imigrantes
Educação (13)	Insucesso e/ou abandono escolar precoce (7); défice de competências para a cidadania (3); falta de preservação da língua, história e cultura portuguesas; exclusão social; desemprego	Comunidade; crianças e jovens; estudantes
Proteção Social (9)	Exclusão social (6); doença (2); agressões ambientais e territoriais	Comunidade; Cuidadores informais; idosos; pessoas com deficiência.
Saúde (9)	Isolamento pessoas idosas; obesidade infantil; demências e sintomas associados (2); doença (4); exclusão social	Comunidade; crianças e jovens; idosos
Incubadoras de Inovação Social (5)	Exclusão social (2); despovoamento no interior do país; desemprego (2)	Comunidade
Justiça (3)	Incidência criminal; défice de competências para a cidadania; reincidência criminal	Crianças e jovens; reclusos ou ex-reclusos (2)
Cidadania e Comunidade (2)	Défice de competências para a cidadania; exclusão social jovens NEET	Crianças e jovens; crianças e jovens em risco
Emprego (1)	Desemprego	Pessoas com deficiência
Inclusão digital (1)	Exclusão social	Idosos

Fonte: EMPIS (outubro 2019)

As entidades implementadoras que beneficiam dos projetos são maioritariamente associações (44), além de misericórdias (5), fundações (4); cooperativas (3); um centro social paroquial e uma empresa.

A diversidade e riqueza dos projetos não permite aqui uma análise em detalhe. Todavia, dar-se-á mais informação, a título ilustrativo, de 5 projetos, cujo critério de escolha incidirá no valor do investimento total: acima de 400 mil euros. Estes 5 projetos representam cerca de 25% do investimento total, o que revela a forte aposta das entidades implementadoras e dos investidores sociais que se associaram ao seu financiamento e operacionalização.

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Quadro 4. Parcerias para o impacto: 5 exemplos na Região Centro

Designação (Inv. Total)	Área (Problema)	Objetivo	Promotores	Investidores
10 MIL VIDAS (855.000€)	Saúde (Isolamento população idosa)	O projeto pretende ser o ponto de partida para um novo sistema de apoio a idosos, adotando a metodologia MAIS – Modelo de Apoio Integrado a Seniores. Este modelo tem por base a conceção de um ecossistema que integra um conjunto de pessoas e entidades que participam ativamente no apoio ao idoso (localmente ou remotamente), complementando as estruturas de apoio atuais com tecnologia.	ANCS – Associação Nacional de Cuidado e Saúde	CIM das Beiras e Serra da Estrela; Municípios de Albergaria-a-Velha, Belmonte, Chamusca (Região do Alentejo), Entroncamento, Leiria, Lousã, Peniche, Porto de Mós, Seia, Sever do Vouga, Tábua, Vila de ADXTUR - Agência para Desenvolv. Turístico das Aldeias do Xisto
AccessTUR - Centro de Portugal (726.054€)	Inclusão Social (Desigualdades no acesso ao turismo)	O projeto AccessTUR – Centro de Portugal é um projeto de promoção do turismo acessível e inclusão social através de: i) Qualificação da oferta turística; ii) Qualificação da procura turística; iii) Desmistificação dos preconceitos e estereótipos sobre as pessoas com deficiência ou algum tipo de característica diferenciadora/necessidades especiais; iv) Desenvolvimento do potencial turístico da Região Centro.	ACCESSIBLE PORTUGAL – Promoção de Turismo acessível associação CERCICAPER – Cooperativa Educ. e Reab. Cidadãos inadaptados Castanheira Pêra CRL	Entidade regional de Turismo do Centro; CIM de Região de Coimbra, Beira Baixa, região de Aveiro, Beiras e Serra da Estrela, Viseu Dão Lafões, Oeste, Médio Tejo
Educação Gamificada (506.832€)	Educação (Insucesso escolar)	O projeto propõe uma abordagem inovadora ao sistema educativo nacional, incorporando as principais características dos jogos digitais em processos contemporâneos de ensino-aprendizagem (Challenge Based Learning), no sentido de conduzir os alunos e professores a um processo imersivo de pesquisa constante, de procura do conhecimento e de construção sensorial, contribuindo para uma formação alargada e orientada pela motivação pessoal e coletiva.	Agência de Desenvolvimento GARDUNHA21	Município do Fundão
Mais Alternativas Sénior (464.064€)	Inclusão Social (Isolamento população idosa)	"Com a IIES + Alternativas Sénior a ABESRA alarga os serviços prestados aos idosos no período de início da noite, criando condições de vigilância e garantia de segurança aos seus utentes/familiares. O recurso a terapias alternativas integrativas, individualmente e de grupo, que melhoram a condição geral e a saúde dos idosos, numa filosofia profilática e preventiva da dor, com implicações positivas na diminuição da toma de fármacos."	Associação de Bem Estar social e Recreativa de Alpedriz	Município de Alcobaça
Microninho - Incubadora social (414.759€)	Incubadoras de Inovação Social (Desemprego população desfavorecida)	O Microninho_ Incubadora Social é um projeto dotado de uma equipa multidisciplinar que promove a criação de projetos de vida alternativos e sustentáveis, para pessoas em situação de desemprego e famílias em situação de vulnerabilidade (potencial ou efetiva) pela via do microempreendedorismo inclusivo, com uma metodologia validada e única, ancorada na inovação social, no território e na governança com vista ao desenvolvimento local sustentável.	Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares	Municípios de Penela, Condeixa-a-Nova, Vila Nova de Poiares, Lousã

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Instrumento 3. Títulos de impacto social

Com este instrumento pretende-se financiar projetos inovadores em áreas prioritárias de política pública (Emprego, Proteção Social, Saúde, Justiça e Educação), mediante a capacidade de atingir resultados sociais mensuráveis previamente contratualizados.

Até ao momento, já foram aprovadas 12 candidaturas, algumas das quais multirregiões, resultando assim em 9 projetos, num total de financiamento público proposta de 3,2 M€. A Região Centro conta com 3 projetos (correspondendo a 1,2 M€), um na área de intervenção do emprego e 2 na educação, desenvolvidos por uma associação, uma empresa e uma fundação.

Quadro 5. Títulos de impacto social na Região Centro

Designação	Área (Problema)	Objetivo	Meta	Implementadores (Investidores)
Bootcamp Academia de Código (BAC)	Emprego (Desemprego jovem)	Promoção da empregabilidade através da formação na área de programação informática (curso intensivo de 14 semanas em programação para jovens adultos desempregados. Este projeto prevê a realização de 9 Bootcamps ao longo de 3 anos, cada um com 22 alunos. Os Bootcamps incluem aulas teóricas e práticas e atividades informais pós-aula. O sucesso desta operação será medido no número de participantes de cada Bootcamp a integrar o mercado de trabalho nos 3 meses seguintes.	Situação de emprego assegurada (integrados no mercado de trabalho) para 50% dos destinatários finais dos Bootcamps	Associação Laboratório de Investimento Social e Code for All, Lda (ASSOP – Associação Shared Services & Outsourcing Platform e Fundação Calouste Gulbenkian)
Aprender e Ensinar Matemática com a Khan Academy	Educação	Promoção da melhoria da qualidade no ensino e na aprendizagem da matemática através da utilização de recursos educativos digitais da plataforma Khan Academy em escolas portuguesas. Estas ações envolvem professores e alunos do ensino básico e contribuem para o acesso universal a recursos e estratégias inovadores, incrementando a motivação e o trabalho autónomo dos alunos e estimulando a elevação dos índices de sucesso escolar.	Melhoria do sucesso escolar na disciplina de matemática em 9% dos alunos	EDUCOM – Associação portuguesa de Telemática Educativa (Fundação Portugal Telecom)
SAPIE	(Insucesso escolar)	Utilização de ferramenta educativa inovadora de predição do abandono escolar precoce. Emite alertas ao "primeiro sinal" de risco em indicadores de insucesso escolar, comportamento, assiduidade e saúde psicológica e monitoriza a sua evolução ao longo do tempo, contribuindo para validar empiricamente as intervenções realizadas, ao mesmo tempo que aprofunda o conhecimento relativo aos fatores causais e processos que lhes subjazem.	Redução da retenção escolar dos alunos envolvidos (2% no 1.º ano 3% no 2.º ano)	Associação Tempos Brilhantes (Fundação Portugal Telecom e Educoach S.A.)

Fonte: EMPIS (outubro 2019)

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Instrumento 4. Fundo para a Inovação Social

Este instrumento financeiro pioneiro, constituído como Fundo público autónomo, visa a realização de operações de financiamento bancário e de coinvestimento de capital e quase capital. Caracteriza-se por ser um modelo híbrido de fundo, uma vez que assume dois tipos de abordagem de investimento: Grossista (FIS Crédito) e Retalhista (FIS Capital). Na linha FIS Crédito, prevê-se que o apoio seja concedido através de um mecanismo de concessão de garantia que facilita o acesso a crédito em condições ajustadas às necessidades de financiamento das organizações sociais.

Na linha FIS Capital, prevê-se o investimento direto no capital social de sociedades comerciais, em regime de coinvestimento com operadores privados, mediante análise da viabilidade do investimento, decidida caso a caso.

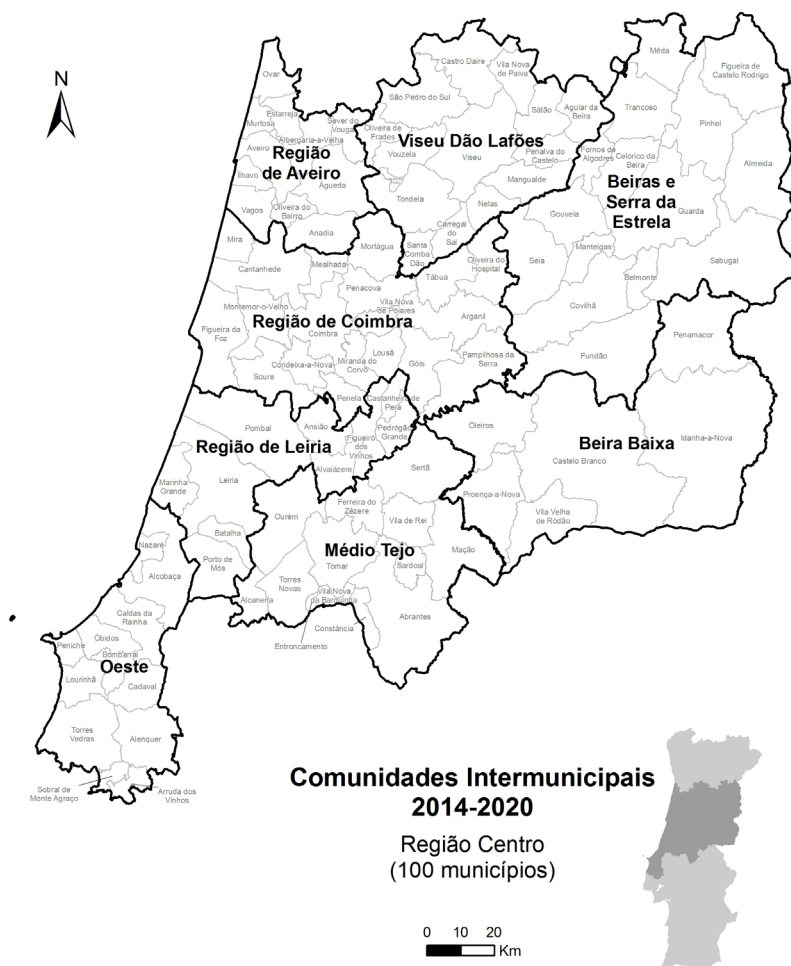
Previamente à análise financeira efetuada pela Entidade Gestora (PME Investimentos), os projetos devem obter uma Qualificação IIES da competência da EMPIS. Até ao final de 2019, foi solicitada a Qualificação de 64 projetos e atribuída a 22.

Nota Final

Por último, dar apenas nota de que o pioneirismo desta experiência, que vai ao encontro de tendências internacionais de apoio à inovação social e de crescimento do investimento de impacto, tem trazido grande visibilidade internacional à iniciativa portuguesa. Abundam as referências em documentos e conferências pelo Banco Europeu de Investimento e pela OCDE, com a equipa da Iniciativa a ser convidada para partilhar a sua experiência e os seus resultados em diversos países europeus, como o Reino Unido, Bélgica, França, Espanha ou Itália, assim como também fora da Europa, nomeadamente Brasil e o Canadá. Acresce ainda que o Fundo para a Inovação Social (FIS) permitiu que Portugal integrasse o *Global Steering Group for Impact Investment* (GSG), uma associação de vinte e três países criada no âmbito do G8, tendo o FIS sido um dos quatro fundos grossistas a nível mundial apresentados na conferência *Power of Impact*, organizada pelo GSG, realizada em Nova Deli (Índia).

Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Anexo 1



Economia Social e Inovação Social na Região Centro

Citações Bibliográficas

INE (2019) Conta Satélite da Economia Social 2016, Destaque – Informação à comunicação social, Lisboa: INE, IP

INE (2016) Conta Satélite da Economia Social 2013, Destaque – Informação à comunicação social, Lisboa: INE, IP

INE (2013) Conta Satélite da Economia Social 2010, Destaque – Informação à comunicação social, Lisboa: INE, IP

GEP/MTSSS (2019) Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos 2018, Lisboa: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Jacques Defourney In Dicionário Internacional da outra economia (2009), Antonio David Cattani [et al.] CES

